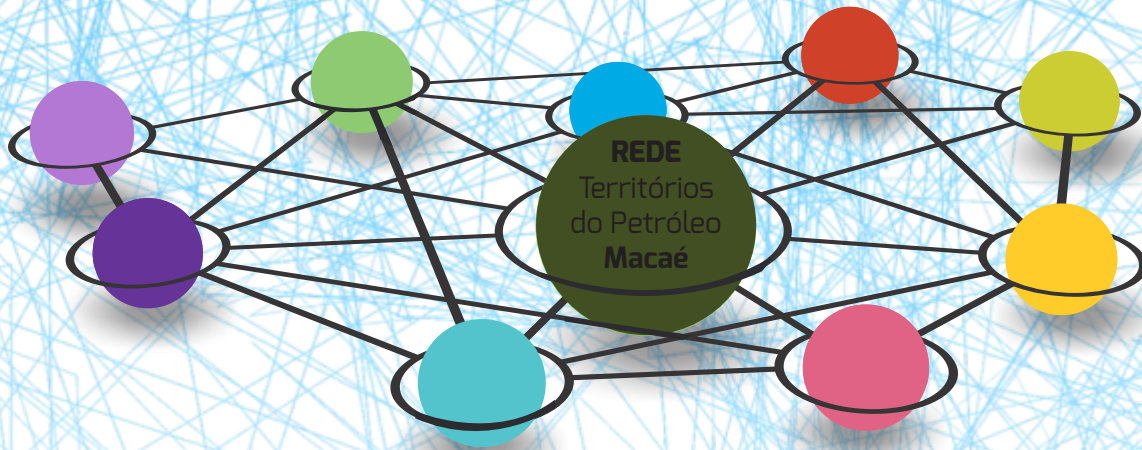




Royalties e saneamento: uma combinação necessária

Como havíamos registrado na [edição 02 do boletim Rede Territórios do Petróleo – Macaé](#), o município recebe grande quantidade de *royalties*, que é uma compensação devida à sociedade pela exploração de recursos não renováveis. Grande parte desta receita vem dos chamados *royalties* até 5%, parcela que Macaé recebe por ser um município que concentra grande número de instalações industriais, de processamento, tratamento e armazenamento de petróleo e gás natural. Segundo a regra de aplicação desta parcela dos *royalties*, determinada pela Lei 7.525/1986 e reafirmada no Decreto 01/1991, os *royalties* até 5% devem ser investidos em energia, pavimentação de rodovias, abastecimento e tratamento de água, saneamento básico, irrigação e proteção ao meio ambiente. Pareceres dos tribunais de contas têm flexibilizado esta exigência, como atesta documento do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro intitulado “[Os royalties de petróleo e a economia do estado do Rio de Janeiro](#)”, mas a aplicação das rendas petrolíferas em investimentos de infraestrutura (e não apenas em custeio ou manutenção da máquina pública), excluindo-se a possibilidade do pagamento do salário de servidores público é sempre considerada uma alternativa indicada.

Macaé está em 5º lugar no [ranking das cidades com maior produto interno bruto \(PIB\)](#) per capita do estado do Rio de Janeiro. Mesmo recebendo grandes valores dos *royalties* até 5%, o município enfrenta problemas básicos de infraestrutura, como descrito na [edição 02](#). Mas como isso afeta os moradores da chamada capital nacional do petróleo?



Participantes do NVC de Macaé em atividade

Dentro das práticas de saneamento básico estão o acesso à rede coletora e de tratamento de esgoto, coleta e destinação de resíduos sólidos, assim como a drenagem de águas pluviais e o acesso ao abastecimento de água.

O saneamento básico é fundamental para a qualidade de vida das pessoas e também é a base para a prevenção de doenças transmitidas por vetores que se desenvolvem em meio ambiente de má qualidade, muitas vezes degradado pela ocupação humana. É objetivo do saneamento básico promover saúde não só aos moradores da cidade, como também aos moradores do campo.

O conjunto de ações realizadas em função do pensar na qualidade do ar, da água, do solo, da destinação do lixo e nos impactos das ações humanas é chamado de saneamento ambiental. É uma atuação mais ampla que considera o saneamento básico parte essencial para se alcançar uma qualidade de vida digna dos cidadãos.

Segundo dados do [site oficial do município](#), em 2017 a Prefeitura Municipal de Macaé conseguia tratar 69% do esgoto produzido, enquanto

a média do Estado do Rio de Janeiro foi de 78.6%. Segundo dados da ANP, Macaé continua sendo um dos municípios mais beneficiados com as rendas petrolíferas e, considerando apenas os *royalties*, foi o município que recebeu maior volume de repasses do Brasil em 2018. Foram R\$ 420.349.334,41 (quatrocentos e vinte milhões, trezentos e quarenta e nove mil, trezentos e trinta e quatro reais e quarenta e um centavos) acumulados de janeiro a setembro, sendo que R\$ 337.884.926,55 (trezentos e trinta e sete milhões, oitocentos e oitenta e quatro mil, novecentos e vinte e seis reais e cinquenta e cinco centavos) vieram da parcela dos *royalties* até 5%, como mostram as tabelas abaixo.

RANKING DE ARRECAÇÃO DE ROYALTIES – MUNICÍPIOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (janeiro a setembro de 2018)		
1	Macaé	R\$ 420.349.334,41
2	Maricá	R\$ 361.561.306,26
3	Campos dos Goytacazes	R\$ 330.242.100,24
4	Niterói	R\$ 318.984.634,96
5	Rio de Janeiro	R\$ 119.775.416,19
6	Rio das Ostras	R\$ 108.126.882,87
7	Cabo Frio	R\$ 106.914.328,31
8	Angra dos Reis	R\$ 87.027.972,79
9	São João da Barra	R\$ 81.756.423,24
10	Parati	R\$ 79.513.802,69

Fonte: Elaboração própria com dados da ANP

TOTAL DE ROYALTIES REPASSADOS – MACAÉ (janeiro a setembro de 2018)		
Royalties até 5%	Royalties acima de 5%	Total
R\$ 337.884.926,55	R\$ 82.464.407,86	R\$ 420.349.334,41

Fonte: Elaboração própria com dados da ANP

Os valores de *royalties* até 5% destinados ao município de Macaé poderiam estar sendo aplicados prioritariamente em abastecimento e tratamento de água, saneamento básico, entre outras coisas, como prevê a lei, mas será que é isso que ocorre? Será que o índice de tratamento de esgoto do município não deveria ser maior? Para respondermos essas questões, para sabermos onde o gestor público está investindo o dinheiro dos *royalties* e das participações especiais, é necessário entender um pouco mais sobre Orçamento Público. Por isso, fique ligado em nossas próximas edições, pois vamos tratar desse tema tão importante para o controle social das rendas petrolíferas em Macaé.